

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): UMA ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA LOCALIZADAS EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Luciana Nazaré de Souza Franck (UnB) – luarfranck@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo tem o objetivo analisar a infraestrutura das escolas de educação básica localizadas em terras indígenas no Brasil à luz do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Para tanto, foram consultadas fontes estatísticas públicas, disponibilizadas por órgãos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para o indicador de infraestrutura escolar foi utilizada a base de dados do censo da educação básica. Foram utilizados os pacotes estatísticos BILOG-MG e o SPSS 28.0 para a análise dos dados. Os resultados principais indicam que a maioria das escolas indígenas possuem uma infraestrutura elementar em âmbito nacional e que recursos repassados pelo programa não estão sendo utilizados tempestivamente para beneficiar as escolas do país.

Palavras-chave: PDDE. Infraestrutura das escolas. Educação básica indígena. Gestão de recursos.

INTRODUÇÃO

A educação escolar indígena no Brasil tem seu início desde os primeiros tempos da colonização, entretanto, a educação indígena só começou a ter atenção especial, no contexto do movimento pelos direitos indígenas, há cerca de três décadas, e hoje vive momentos importantes de sua construção histórica.

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação básica é um direito público subjetivo, e os espaços escolares indígenas se inserem nas pautas e nas agendas das políticas públicas. Contudo, é preciso avançar no desenho e na implementação de políticas públicas para espaços escolares indígenas diferenciados e adequados às necessidades dessas populações.

Não basta garantir apenas o acesso, esses alunos precisam contar com escolas bem equipadas. A Educação Escolar Indígena enfrenta uma série de obstáculos, desde a falta de recursos pedagógicos até a carência de infraestrutura básica, como será tratado nesse estudo.

Infraestrutura das Escolas e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Segundo Soares Neto et al. (2013) a infraestrutura das escolas é um dos aspectos da educação brasileira que vem chamando a atenção há muitos anos. Estudos na década de 1980, de Castro e Fletcher (1986) trataram das condições materiais das escolas brasileiras na época e da relevância da infraestrutura das escolas para o aprendizado dos alunos.

Soares e Sátyro (2021), ressaltaram que a melhoria das condições de infraestrutura produz impacto muito relevante nos resultados educacionais, inclusive com mais significância para as escolas que estão em piores condições como as escolas indígenas.

Neto et al. (2013) apresenta uma escala de infraestrutura escolar que foi construída utilizando como ferramenta a Teoria de Resposta ao Item e baseando-se em informações referentes às escolas obtidas por meio do questionário do Censo Escolar da Educação Básica 2011. Foram estabelecidos quatro níveis de infraestrutura escolar: Elementar, Básica, Adequada e Avançada.

Além disso, o estudo em tela evidenciou que mais de 44% das escolas de educação básica no Brasil ainda possuem uma infraestrutura elementar, com apenas água, sanitário, esgoto, energia e cozinha. A infraestrutura escolar, incluindo a disponibilidade de computadores, bibliotecas, água encanada, esgoto, eletricidade e internet, bem como a qualificação dos professores, é evidenciada como fator importante para as diferenças de desempenho entre escolas urbanas e rurais.

O trabalho de Oliveira (2017) evidenciou que as condições físicas das escolas públicas brasileiras ainda são precárias e desiguais entre as diversas partes do país. Estudos de Jannuzzi e Reis (2023) apontam que a literatura existente destaca a correlação positiva entre um ambiente escolar bem estruturado e o desempenho acadêmico. Os pesquisadores corroboram ainda que esses achados reforçam a necessidade de avançar em políticas e programas educacionais que garantam ambientes escolares adequados à aprendizagem dos estudantes.

A respeito das políticas e programas, entre as iniciativas federais voltadas à superação das fragilidades e desigualdades nas condições de funcionamento das escolas, destaca-se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), política criada em 1995, financiada e gerida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que descentraliza recursos às escolas públicas do país para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos beneficiários.

Frente ao exposto, o objetivo do presente estudo é analisar a infraestrutura das escolas da educação básica localizadas em terras indígenas no Brasil à luz do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou uma pesquisa de abordagem quantitativa. A base de dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023 foi utilizada nas análises. Dessa base foram mantidas todas as escolas categorizadas como “Em Atividade”. Foi utilizado o BILOG-MG para estimação dos parâmetros da Teoria de Resposta ao Item, bem como para o cálculo dos escores de infraestrutura.

Quanto aos dados do PDDE, observou-se que nem todas as escolas receberam recursos, apenas aquelas que estão vinculadas a uma Unidade Executora Própria (UEX)¹.

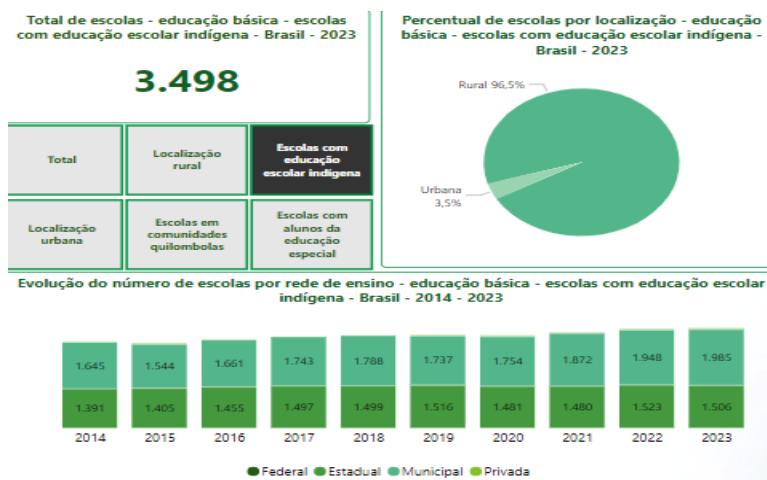
Por oportuno, cabe destacar que foi utilizado um nível de 5% de significância nos resultados obtidos (o mesmo que 95% de confiança) e foi utilizado o *software* SSPS versão 25.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento da análise, observou-se o número de escolas indígenas na educação básica, que totalizou o quantitativo de 3.498 escolas, concentrando-se sua grande maioria na zona rural, cerca de 96,5%, enquanto na zona urbana estão localizadas 3,5% das escolas. A respeito da evolução do número de escolas entre os anos de 2014 e 2023 por rede de ensino, percebe-se um pequeno avanço, conforme dados extraídos do Portal do INEP¹ (2024) apresentados a seguir:

¹ Dados extraídos em 21/09/2024 no Portal do INEP - <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

Figura 1 – Educação escolar indígena no Brasil em 2023.



FONTE: INEP (2024)

Ainda de acordo com o Censo de 2023, um terço de todas as escolas indígenas do total de 3.531 escolas estão no Amazonas. Quase metade delas (49%) não possuem esgoto sanitário, 30% não contam com energia elétrica e 75% não têm acesso à Internet. Banda larga com velocidade de conexão é uma realidade em apenas 14% das unidades, e apenas 24,8% dessas instituições dispõem de material pedagógico.

Em relação a água potável, o cenário brasileiro é precário, o percentual de crianças e adolescentes negros sem acesso adequado à água é de 4,7%, o dobro do registrado entre brancos, de 2,2%. No tocante às crianças e adolescentes indígenas, esse percentual é 11 vezes maior do que o de brancos (25%). Cabe ressaltar que os 15 estados com maiores percentuais de crianças e adolescentes sem acesso adequado à água estão nas regiões Norte e Nordeste do país².

Na parte da análise descritiva, observou-se as frequências de ocorrências dos níveis elementar (94%), básica (5,5%) adequada (0,5%) e avançada (0%) da infraestrutura escolar elaborado por (Neto et al., 2013), além disso, evidenciou-se que a maioria das escolas indígenas estão concentradas no nível elementar da referida escala de infraestrutura, conforme Tabela 1 abaixo:

² Informações extraídas em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/falta-de-agua-potavel-impacta-mais-criancas-negras-e-indigenas>.

Tabela 1 – Frequencia do nível de infraestrutura das escolas indígenas

Válido	Elementar	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	Básica	193	5,5	5,5	99,4
	Adequada	19	,5	,5	100,0
	Avançada	1	,0	,0	100,0
	Total	3531	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelo software SPSS (2024) com base em dados do Censo 2023 (INEP)

Em relação a execução de recursos para as escolas indígenas no PDDE, de acordo com os dados do Painel PDDE/FNDE³, foram disponibilizados em 2024, para as escolas indígenas, cerca de 373,31 milhões e foram utilizados cerca de apenas 122,20 milhões, ou seja, observa-se um percentual de execução de apenas 32,8%, conforme demonstrado na Figura 2:

Figura 2 – Repasses de recursos para as escolas indígenas.



FONTE: FNDE (2024).

CONCLUSÃO

³ Dados extraídos no Portal do FNDE em 21/09/2024. <https://app.powerbi.com/groups/me/reports/696fc043-8dc8-4959-a6b8-d1fd53d10767/ReportSectiond6d9c08067557b95ac65?ctid=cf8454d3-e012-4a9d-95b3-70bdb6f459d5&experience=power-bi>

Diante dos dados obtidos, no qual observa-se a infraestrutura precária das escolas indígenas em âmbito nacional e que recursos repassados pelo programa não estão sendo utilizados tempestivamente para beneficiar as escolas do país, este estudo pretendeu aprofundar sobre a temática do desempenho da gestão dos recursos do PDDE visando contribuir para melhoria da efetividade da educação básica, principalmente no aspecto da infraestrutura dessas escolas localizadas em terras indígenas.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, D. A. L. Análise da consonância dos programas nacionais de educação com os déficits de infraestrutura das escolas públicas do Brasil: possibilidades e desafios à descentralização. 2017. 138 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REIS, F.T.; JANNUZZI, P.de M. **O uso do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para construção de um Plano de Avaliação em políticas educacionais: o caso do programa dinheiro direto na escola (PDDE).** Cadernos do Fnde: Revolução e transformação na educação: novas tecnologias e inovações nos processos de trabalho, Brasília, v. 2, p. 01-14, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/publicacoes/index.php/cadernosFNDE/article/view/21>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SÁTYRO, N. SOARES, S. **A Infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, v. 1267, p. 1-43, abr. 2007. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1752/1/TD_1267.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

SOARES NETO, J. J., JESUS, G. R. de, KARINO, C. A., & ANDRADE, D. F. de. (2013). Uma escala para medir a infraestrutura escolar. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 24(54), 78–99. <https://doi.org/10.18222/eae245420131903>

SOARES, S.; SÁTYRO, N. *A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.* Brasília, DF: Ipea, 2007. 43 p. (Texto para discussão no 1267) *apud* REIS, F.T.; JANNUZZI, P.M. O Uso do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para Construção de um Plano de Avaliação em Políticas Educacionais: o caso do programa dinheiro direto na escola (PDDE). *Cadernos do FNDE*, Brasília, ano 2, v. 2, n. 4, p. 1-15, jul.-dez., 2021.